

Ecologia política: onde está a ecologia?*

Political Ecology: Where is the Ecology?

Peter A. WALKER**

RESUMO

Enquanto a ecologia política avançou, sua coerência como campo de estudo e suas contribuições intelectuais centrais permanecem tema de debates por vezes controversos. Uma das questões recorrentes e não resolvidas tem sido a seguinte: “Onde está a ecologia na ecologia política?”. Na verdade, a controvérsia surgiu sobre se, de fato, o campo havia se tornado “política sem ecologia” (BASSETT; ZIMMERER, 2004, p. 103). Este breve artigo examina essa questão e argumenta que, apesar das afirmações dos críticos, há uma grande quantidade de pesquisas na ecologia política que se ocupa da ecologia biofísica como uma preocupação central.

Palavras-chave: ecologia política; ecologia cultural; política ambiental.

ABSTRACT

While political ecology has thrived, its coherence as a field of study and its central intellectual contributions remain the subject of sometimes contentious debate. One of the recurrent, and unresolved, questions has been “Where is the ecology in political ecology?”. Indeed, controversy has emerged about whether, in fact, the field has become “politics without ecology” (BASSETT; ZIMMERER, 2004, p. 103). This brief review examines this question and argues that, despite the claims of critics, there is a great deal of research in political ecology that engages biophysical ecology as a central concern.

Key-words: political ecology; cultural ecology; environmental politics.

Introdução

A ecologia política estabeleceu-se na geografia como um campo dominante da pesquisa humano-ambiental¹. Em grande parte, ela eclipsou a ecologia cultural – seu campo predecessor e cognato. Como uma medida muito rudimen-

tar, uma busca por artigos publicados nos principais periódicos da geografia e revistas relacionadas, entre o verão de 1993 e a primavera de 2004, encontrou 163 resultados para a palavra-chave “ecologia política”. A mesma busca, desta vez para a palavra-chave “ecologia cultural”, recuperou apenas 19 artigos² (embora muito do que outrora teria sido denominado de ecologia cultural seja agora rotulado como

* Artigo originalmente publicado em *Progress in Human Geography*, v. 29, n. 1, p. 73-82, 2005. Tradução: Vicente Rosa Alves; Revisão: Júlia Spatuzzi Felmanas.

** Professor do Departamento de Geografia da Universidade de Oregon, Eugene. Email: pwalker@uoregon.edu

¹ Human-environmental research.

² Busca conduzida em 22 de maio de 2004 usando os artigos de revistas da base de dados do Ovid Current Contents; os artigos cobriam as áreas das ciências física, social e biológica, artes, humanidades e outros campos, perfazendo um total de mais de 7.500 revistas consultadas. Todas as principais revistas da geografia e revistas

ciência da sustentabilidade ou ciência das mudanças no uso da terra³) O movimento rumo à autoidentificação sob o rótulo “ecologia política” é particularmente forte entre jovens pesquisadores – sugerindo que é provável que este campo de estudos torne-se mais dominante. No entanto, esta mudança não tem sido adotada sem reservas pelos pesquisadores das relações humano-ambientais⁴ na geografia e algumas das razões serão examinadas neste artigo.

Enquanto a ecologia política avançou, sua coerência como campo de estudo e suas contribuições intelectuais centrais permanecem tema de debates por vezes controversos. Uma das questões recorrentes e não resolvidas tem sido a seguinte: “Onde está a ecologia na ecologia política?”. Na verdade, a controvérsia surgiu sobre se, de fato, o campo havia se tornado “política sem ecologia”⁵ (BASSETT; ZIMMERER, 2004, p. 103). Este breve artigo examina essa questão e argumenta que, apesar das afirmações dos críticos, há uma grande quantidade de pesquisas na ecologia política que se ocupa da ecologia biofísica como uma preocupação central. Contudo, como a ecologia política continua a se expandir em novas direções, ainda se questiona se este compromisso com a ecologia continuará ou até mesmo aumentará. Dada sua trajetória atual, vale ainda perguntar se o campo continuará (ou mesmo se *deveria* continuar) identificando-se como “ecologia” política em vez do estudo (das ciências sociais/humanidades) das *políticas* ambientais. Esta é uma questão que atinge o cerne das tensões entre os pesquisadores da ecologia política e áreas similares de estudo; qual seria a contribuição deste campo? (como os críticos colocavam a questão) E com quem desejamos conversar? Como um campo de estudo cada vez mais dominante das relações humano-ambientais na geografia contemporânea, essa é uma questão de considerável importância. Além disso, na medida em que as relações humano-ambientais são predominantes na geografia contemporânea (TURNER, B. L. 2002), é provável que o futuro da ecologia política tenha importantes implicações para o futuro da geografia como um todo.

Depois de esboçar brevemente as raízes e expressões contemporâneas da ecologia política, este artigo volta-se para os recentes debates sobre o papel da ecologia na ecologia política, avalia os méritos desses argumentos e considera as implicações para a subdisciplina e para o estudo das relações humano-ambientais na geografia em geral.

Raízes e ramificações

As raízes da ecologia política nas ciências ecológica e social são descritas por Paulson *et al.* (2003; ver também PEET; WATTS, 1996). O campo de onde a ecologia política emergiu pela primeira vez nos anos 1970 (a primeira utilização do termo remonta a Wolf, 1972) foi definido como a confluência da ecologia cultural (STEWART, 1955) – que ligou as estratégias humanas de sucesso ecológico à adaptação cultural – com a ecologia comunitária, a cibernética e a teoria dos sistemas (ODUM, 1970; BATESON, 1972). Apesar de diferenças importantes, essas áreas de estudo compartilhavam um foco sobre os fluxos de matéria, energia e informação dentro dos sistemas integrados humano-ambientais. A ecologia política também foi influenciada pela escola do risco⁶ (BURTON *et al.*, 1978), com seu foco na percepção, no ajuste e na gestão dos riscos ambientais. A formação dos pesquisadores nesses campos e a orientação intelectual dessas tradições enfatizavam fortemente a ecologia biológica e as ciências da terra (BUTZER, 1989, p. 193). Entretanto, já nos anos 1970, a utilidade dos estudos que aplicavam as teorias das respostas adaptativas, analogias orgânicas e comportamentalismo⁷ às interações humano-ambientais de escala local pareciam em dúvida à luz da consciência crescente da integração das sociedades locais às economias de mercado globais coloniais e pós-coloniais. Respondendo às teorias malthusianas ressurgentes da crise global do meio ambiente do final dos anos 1960, e extraindo inspiração dos estudos sobre camponeses (SHANIN, 1971) e da teoria marxista (por

interdisciplinares geralmente usadas por geógrafos foram incluídas (por exemplo, *Society and Natural Resources, Human Ecology, Human Organization, Environment and Planning*). Repare que as revistas específicas ao campo da antropologia não foram incluídas. Enquanto as pesquisas em ecologia política na geografia e antropologia se sobrepõem consideravelmente, existem dentro destas subdisciplinas identidades e tendências características.

³ land change science.

⁴ human-environment relations.

⁵ “politics without ecology”.

⁶ hazards school.

⁷ theories of adaptive responses, organic analogies and behavioralism.

ex., FRANK, 1969; WALLERSTEIN, 1974), os primeiros escritos sobre ecologia política concentraram-se sobre as relações desiguais de poder, conflito e a “modernização” cultural sob a economia política do capitalismo global como forças-chave na transformação e na desestabilização das interações humanas com o ambiente físico. Enquanto a ecologia cultural e a teoria dos sistemas enfatizavam a adaptação e a homeostase, a ecologia política enfatizava o papel da economia política como uma força de inadaptação e instabilidade. Assim, no que é certamente a declaração mais amplamente citada dos princípios da ecologia política (em sua fase inicial), Blaikie e Brookfield (1987) definiram o campo desse modo: “A expressão ‘ecologia política’ combina as preocupações da ecologia com uma economia política definida de forma ampla. Ao mesmo tempo, isto abarca a constante alteração dialética entre sociedade e recursos e também entre classes e grupos no interior da própria sociedade” (p. 17). Blaikie e Brookfield identificaram abordagens analíticas chave na ecologia política, incluindo uma ênfase sobre as formas pelas quais as ações ambientais dos “administradores rurais”⁸ no terceiro mundo (habitualmente entendidos como posseiros de terras rurais)⁹ são moldadas pela “marginalização” econômica, ecológica e política, “pressão da produção sobre os recursos” e dados e políticas ambientais equivocadas que podem ser entendidas através das “cadeias de explicação”¹⁰. A crescente integração dos posseiros do terceiro mundo aos mercados globais sob relações desiguais de poder era vista como o debilitamento do conhecimento ambiental local destes posseiros e de longas histórias de adaptação bem-sucedida a ambientes, por vezes, difíceis e imprevisíveis (por. ex., WATTS, 1983) – criando uma “racionalidade situacional”¹¹ que poderia eventualmente forçar os posseiros a degradar o meio ambiente em atos de “ecocídio desesperado”¹²

(BLAIKIE; BROOKFIELD, 1987, p. 13). Tais abordagens político-econômicas dos anos 1980 e princípio dos anos 1990 definiram em grande medida o que é agora considerado a fase “estruturalista” da ecologia política.

De forma notável, a pesquisa nesta primeira fase da ecologia política permaneceu fortemente associada a investigações minuciosas da mudança ecológico-biofísica. Por exemplo, o artigo-base de Blaikie e Brookfield (1987) enfatiza o papel das características biológicas/bioquímicas e físicas de ambientes específicos na criação de uma gestão de tarefas variável¹³ para os posseiros dentro de um contexto de condições sociais e político-econômicas mais amplas¹⁴. Embora este fato seja raramente observado, os capítulos que constituem o volume do livro de Blaikie e Brookfield concentram-se sobre histórias ambientais e investigações de métodos de avaliação ambiental em profundidade que parecem dever muito às tradições estabelecidas da ecologia cultural e da ciência ecológica. Na verdade, esta ênfase em análises ecológicas detalhadas era característica de grande parte da ecologia política dos anos 1980 e início dos 1990.

Por exemplo, Stephen Bunker (1984) associa o sistema-mundo marxista¹⁵ e a teoria da dependência¹⁶ à teoria dos sistemas ecológicos para avaliar o fluxo de energia e matéria da periferia global para o centro. Susanna Hecht (1985) examina os efeitos do pastejo do gado sobre o pH, cálcio e magnésio, potássio, fósforo, nitrogênio do solo e carvão orgânico nos solos amazônicos para avaliar a produtividade e sustentabilidade destes solos sob uma política econômica de subsídios para a pecuária levada a cabo pelo governo brasileiro. Em seu estudo decisivo sobre o papel da “simple reproduction squeeze”¹⁷ (de BERNSTEIN, 1979) na degradação ambiental na África ocidental, Michael Watts (1985) aplica dados paleoclimáticos e análises ecológicas de nível local para criticar as teorias correntes da população – e

⁸ “land manager”.

⁹ rural land users.

¹⁰ “chains of explanation”.

¹¹ “situational rationality”.

¹² “desperate ecocide”.

¹³ variable management task.

¹⁴ por exemplo, na página 9 eles discutem em detalhe os impactos relativos da erosão de latossolos (*oxisols*) e argissolos (*ultisols*) sobre as colheitas na Indonésia

¹⁵ Marxist world systems.

¹⁶ dependency theory.

¹⁷ Segundo Robert J. Foster, “‘simple reproduction squeeze’ nada mais é do que a identificação de uma situação na qual as famílias de camponeses enfrentam cada vez mais dificuldade em manter ou aumentar a provisão de mercadorias necessária para a reprodução dos níveis de consumo e produção predominantes. Bernstein lista os seguintes fatores que contribuem para o ‘squeeze’: ‘exaustão da terra e trabalho’; ‘esquemas de ‘desenvolvimento’ rural que estimulam ou impõem meios de produção mais caros’; e ‘deterioração dos termos de troca para as mercadorias dos camponeses’” (1979, p. 427). Ver FOSTER, Robert J. *Social reproduction and history in Melanésia: mortuary ritual, gift exchange, and custom in the Tanga Islands. Cambridge studies in social and cultural anthropology*, n. 96. Revision of the author’s thesis (Ph.D.) – University of Chicago, 1988, p. 62. (N. T.)

desertificação motivada pela seca, concluindo que “uma forma de desequilíbrio econômico no sistema socioeconômico é transmitida como uma forma de desequilíbrio ecológico” (p. 30). Assim, ao tratar a ecologia como o estudo das interações entre humanos como organismos vivos e seu ambiente biofísico, tais estudos seriam claramente reconhecíveis para a maioria fora da subdisciplina como merecedores do rótulo *ecologia política*.

Nos anos 1990, contudo, a ecologia política diversificou-se em novas direções, tornando-se menos central o lugar ocupado pela ecologia biofísica. Alguns pesquisadores queixaram-se de que a ecologia política “estruturalista”¹⁸ dos anos 1980, com seu foco sobre o papel da economia política na formação da tomada de decisão ambiental dos “administradores rurais” (*land manager*) era excessivamente determinista e dava pouca atenção à *política*. Nas palavras memoráveis de Michael Watts (1990), pouca atenção foi dada ao “jogo duro”¹⁹ da política ambiental (p. 129) – às lutas reais do dia a dia sobre o controle dos recursos. Donald Moore (1993), por exemplo, reclamou que os “contextos macroestruturais”²⁰ da ecologia política nos anos 1980 “omitiram dois fatores críticos [...] (1) as micropolíticas das lutas camponesas sobre o acesso aos recursos produtivos, e (2) as contestações simbólicas que *constituem* aquelas lutas” (p. 381, ênfase no original). Assim, a ecologia política “pós-estruturalista”²¹ dos anos 1990 voltou cada vez mais sua atenção aos estudos de nível local dos movimentos ambientalistas, das políticas discursivas e simbólicas e do nexos institucional entre poder, conhecimento e prática (WATTS, 1997). Com o novo foco da “ecologia política” sobre a *política*, o papel da *ecologia* tornou-se, na visão de alguns críticos, cada vez mais marginalizado.

A ecologia na ecologia política contemporânea

Os mais notáveis entre estes críticos são Pete Vayda e Brad Walters (1999). Eles sustentam que “uma atenção maior às influências políticas sobre as interações humano-ambientais e sobre a mudança ambiental” é, sem dúvida, uma coisa boa. Contudo:

alguns ecologistas políticos literalmente não tratam nem sequer da influência da política que causam mudança ambiental. Mas, antes, tratam apenas das políticas, embora políticas de algum modo relacionadas ao meio ambiente. Na verdade, não seria um exagero dizer que a reação excessiva à “ecologia sem política”²² de três décadas atrás está resultando numa “política sem ecologia” (p. 168).

No entanto, ao afirmarem uma tendência rumo a uma “política sem ecologia”, Vayda e Walters apresentam como evidência só dois exemplos da ecologia política em algum detalhe – apenas um dos quais eles identificam pelo nome (GEZON, 1997). Muitos ecologistas políticos responderam sugerindo que a acusação de que a ecologia política tenha se tornado “política sem ecologia” é um exagero; enquanto uma parte da ecologia política de fato diversificou-se em algumas direções, que não se ocupam diretamente da ecologia biofísica ou da mudança ambiental, a tradição da investigação meticulosa da mudança ambiental (enraizada numa ecologia cultural mais antiga) permanece viva na ecologia política atual.

Por exemplo, dentre os estudos em ecologia política que se envolvem diretamente com a ecologia e a mudança ambiental através de pesquisa empírica detalhada está o trabalho de Matthew Turner (1993), que desafia a visão convencional de que o tamanho das populações de gado na África ocidental é determinado principalmente por fatores bioclimáticos. Em vez disso, Turner argumenta que as populações de gado são determinadas, em grande medida, pelo aumento da demanda local por gado, resultando da mudança nas relações de poder entre grupos culturais locais. Turner situa sua pesquisa no contexto de seus próprios estudos empíricos de longo prazo; tais estudos tratam dos impactos ecológicos do pastejo²³ sobre a distribuição espacial dos nutrientes da planta (TURNER, 1998a) e da produtividade da pastagem nativa (TURNER, 1998b), que ele incorpora em suas avaliações dos impactos ecológicos das instituições de manejo do gado (TURNER, 1999a), relações de classe da disponibilidade de trabalho para esta atividade (TURNER, 1999b) e o papel da mudança de poder em relações de gênero entre os proprietários na composição dos rebanhos

¹⁸ “structuralist” political ecology.

¹⁹ “the rough and tumble”.

²⁰ “macrostructural frameworks”.

²¹ “poststructuralist” political ecology.

²² “ecology without politics”.

²³ ecological impacts of grazing.

(TURNER, 1999c). A ecologia política ecologicamente fundamentada²⁴ é também apresentada por Karl Zimmerer, cuja pesquisa meticulosa nos Andes peruanos e bolivianos descreve: como as condições ecológicas contribuem para a persistência da agricultura camponesa (1991); os impactos da mudança nas condições de trabalho sobre a erosão do solo (1993a); como as diferentes percepções sociais das causas da erosão do solo influenciam as práticas de conservação e degradação ambiental (1993b); como modelos agroecológicos simplistas podem enfraquecer políticas de conservação eficazes (1999); e a maneira nas quais as redes sociais multiescalares²⁵ apoiam a conservação da biodiversidade agrícola (2003). De fato, Zimmerer define a ecologia política como o estudo da “fusão dos processos biogeofísicos com processos geralmente denominados como sociais” (2000a, p. 153). Uma abordagem similar é adotada por Bassett e Zueli (2000), que desafiam as “ortodoxias” ambientais correntes na África ocidental e argumentam que pesquisas mais rigorosas sobre as dinâmicas da mudança ambiental são de “extrema importância” (2000, p. 90).

Não obstante, é verdade também que alguns ecologistas políticos não se comprometem com questões que dizem respeito à ecologia biofísica ou à mudança ambiental; eles tocam de maneira pouco aprofundada nessas questões. Por exemplo, num dos exemplos mais notáveis de pesquisa etnográfica de alta qualidade na ecologia política recente, Richard Schroeder (1999) avalia, de forma crítica, como programas agroflorestais internacionais na Gâmbia reformulam políticas de nível local de um modo que possam minar o desenvolvimento econômico das mulheres. Schroeder mostra como uma mudança das prioridades do desenvolvimento internacional durante os anos 1980 e 1990 – de projetos de horticultura em pequena escala²⁶ para mulheres para projetos agroflorestais – enfraqueceu o acesso à terra para as mulheres, reduziu sua capacidade para ganhar dinheiro – dinheiro este indispensável, diga-se de passagem – e impôs sobre elas novas obrigações de trabalho não remunerado em projetos agroflorestais. Contudo, as preocupações em torno da *degradação ambiental*

são discutidas principalmente como contexto histórico, relacionadas aos programas agroflorestais que ativam as disputas sociais de gênero, que são o foco principal do livro. Schroeder silencia, por exemplo, sobre se a sabedoria tradicional em relação a uma futura ecocatástrofe ameaçadora²⁷ na Gâmbia é real, ou como as complexas políticas locais que ele descreve de forma brilhante se relacionam com essas questões ambientais. Da mesma maneira, Walker e Fortmann (2003; ver também HURLEY; WALKER, 2004) descrevem em detalhe as maneiras com que os “imaginários ambientais” rivais²⁸ (PEET; WATTS, 1996) ligados a diferentes formas completamente modernizadas de capitalismo rural engendram lutas exacerbadas sobre a planificação do uso da terra numa zona rural da Califórnia (Sierra Nevada) em processo de enobrecimento²⁹, mas não examinam a fundo como a ecologia biofísica molda essas lutas, nem como os resultados dessas lutas podem, no final das contas, influenciar a mudança ambiental. Outros exemplos de trabalhos no campo da ecologia política, que se concentram sobre o exercício de poder e o acesso e controle sobre os recursos sem uma forte ênfase sobre a ecologia e a mudança ambiental, incluem Carney e Watts (1990), Moore (1993; 1998), Braun (WILLEMS-BRAUN, 1997; BRAUN; CASTREE, 1998) e McCarthy (1998; 2001).

Do ponto de vista dos que estão preocupados com o fato de que a ecologia política está se tornando “política sem ecologia”, talvez ainda mais perturbadora seja a aparente indiferença a esta tendência entre alguns eminentes ecologistas políticos. Por exemplo, na conferência anual da Associação de Geógrafos Americanos de 2004, um painel foi dedicado à investigação do futuro e das perspectivas da ecologia cultural e política³⁰. Nesta sessão, os painelistas enfatizaram a importância de se examinar minuciosamente as seguintes temáticas: acesso aos recursos; espaço e escala; discurso; as relações entre conhecimento empírico e teórico; a necessidade de uma ênfase renovada sobre o trabalho científico de campo; problemas associados com as abordagens social-desconstrucionistas³¹; a necessidade de integrar a ecologia política com a teoria da modernização

²⁴ Ecologically grounded political ecology.

²⁵ multiscale social networks.

²⁶ women’s market-gardening projects.

²⁷ looming ecocatastrophe.

²⁸ competing “environmental imaginaries”.

²⁹ gentrifying rural area of the California Sierra Nevada.

³⁰ Painel: *cultural and political ecology at the AAG century Mark II: future and prospects* (patrocinado por *cultural ecology specialty group*) 16 de março de 2004.

³¹ social-deconstructionist approaches.

ecológica e com a justiça ambiental; a relação entre a prática da conservação e o neoliberalismo; questões de segurança, violência e ética; e questões da formação da cidadania. Apenas um painellista fez um apelo direto para trazer a ecologia biofísica de volta ao centro da ecologia política. Outro painellista, contudo, lamentou que a ênfase crescente da ecologia política sobre a interface ciências sociais/humanidades e a diminuição relativa da ênfase sobre a interface entre ciência social e ciência natural marginalizaram o campo em termos do seu reconhecimento fora da geografia acadêmica e diminuíram sua capacidade de contribuir para as soluções dos problemas ambientais.

Além disso, quando os ecologistas políticos realmente se envolvem com os conceitos da ecologia, eles às vezes o fazem de um modo que são percebidos pelos ecologistas biofísicos como seletivos e ideologicamente motivados. Por exemplo, as teorias de uma “nova” ecologia do não equilíbrio³² foram populares durante a virada pós-estruturalista³³ na ecologia política, porque diz-se que o desmascaramento³⁴ observado dos modelos de longa data das comunidades “clímax”³⁵ ilustra o “reenquadramento social”³⁶ da ciência (FORSYTH, 2003), e oferece maiores oportunidades para abordar as preocupações relacionadas à justiça social ao ver as comunidades humanas como colaboradoras para a sustentabilidade ecológica em vez de uma ameaça ambiental (LEACH; MEARNS, 1996). Alguns ecologistas políticos mostram uma compreensão sofisticada da ecologia do não equilíbrio (por ex., ZIMMERER, 1994; 2000b), mas outros são acusados pelos ecologistas por um uso equivocado e aparentemente oportunista da teoria ecológica. Por exemplo, o biólogo conservacionista e ativista ambiental Michael Soulé (1995) sustenta que alguns cientistas sociais da tradição social-desconstrucionista³⁷ usam conceitos da ecologia do não equilíbrio para dar uma justificação geral³⁸ às perturbações humanas, quando na realidade os ecossistemas que passam por mudanças naturais podem também ser afetados de tal modo que venham a perder sua resiliência (a capacidade de recuperar funções de um ecossistema-chave depois de uma perturbação). Por esta razão, a maioria

dos ecologistas biofísicos considera *tanto* os conceitos de equilíbrio quanto o de não equilíbrio, essenciais para o entendimento da dinâmica ecossistêmica (HOLLING, 1986; SPRUGEL, 1991; REICE, 1994; HOLLING; GUNDERSON, 2002). A ecologia do equilíbrio (ou do clímax) permanece um conceito útil, um fato às vezes ignorado pelos ecologistas políticos. Por exemplo, a declaração de Michael Watts (2003) de que “a nova ecologia do ‘não equilíbrio’ postula [...] que os modelos clímax da estase ecológica³⁹ são pouco cooperativos” (p. 9) arrisca-se em simplificar demais e deturpar o estado da ciência ecológica moderna, pondo em questão a afirmação de que os ecologistas políticos contemporâneos desejam comprometer-se seriamente com a teoria ecológica.

Discussão

Consta que uma vez Mark Twain, em resposta a uma reportagem de jornal que havia especulado sobre o seu falecimento, comentou de forma espirituosa: “Os rumores sobre a minha morte foram consideravelmente exagerados”. A morte muito discutida da ecologia na ecologia política é, do mesmo modo, consideravelmente exagerada. Os mais notáveis mensageiros desta pretensa morte, Vayda e Walters (1999), declaram, de forma correta, que “uma parte” dos ecologistas políticos não se envolve com a ecologia biofísica, mas, de forma incorreta, dá a entender que a ecologia política tornou-se, por conseguinte, “política sem ecologia”. Como este breve artigo mostrou, esta conclusão está simplesmente errada. Ou, de maneira agourenta, talvez seja prematura. A trajetória da pesquisa na ecologia política moveu-se claramente em algumas direções que põem em dúvida a centralidade da ecologia biofísica. O que isto significa para o futuro do campo da ecologia política – e para o estudo das relações humano-ambientais na geografia em geral – é uma questão mais difícil e também importante.

Michael Watts (2003) oferece uma defesa eloquente – até mesmo uma celebração – dos novos rumos na ecologia

³² theories of a “new” nonequilibrium ecology.

³³ poststructural turn.

³⁴ debunking.

³⁵ Long-standing models of “climax” communities.

³⁶ “social framing”.

³⁷ social deconstructionist tradition.

³⁸ to give blanket justification.

³⁹ climax models of ecological stasis.

política, em particular daqueles que veem o “meio ambiente” como uma questão de conhecimento e representação *assim como* de natureza biofísica:

Uma questão-chave é, evidentemente, o que é aceito como meio ambiente e de que forma é vista a natureza como um objeto de estudo. E aqui Vayda e Walters exibem seu próprio paroquialismo [...] Para Vayda e Walters (1999) a *única* manifestação do meio ambiente são os eventos biofísicos da mudança ambiental [...] Mas a ecologia política baseia-se *nas relações dialéticas e não-lineares entre Natureza e Sociedade* na qual o meio ambiente pode ser abordado de várias maneiras [...] o que a ecologia política fez, obviamente, foi abrir a categoria do meio ambiente e explorar suas representações multi-formes [...] Outra maneira de abordar o meio ambiente é examinar o conhecimento que existe sobre ele e por que e como formas específicas de conhecimento predominam [...] (p. 8-9, ênfase no original).

É aqui – ao questionar o que constitui “meio ambiente” e “ecologia” – que encontramos o cerne da discordância. Enquanto não há nenhuma dúvida de que a virada pós-estruturalista na ecologia política foi extremamente produtiva em estimular novas ideias sobre o conhecimento ambiental e a representação (e, de forma crucial, em atrair novos pesquisadores para o campo), alguns críticos reclamam que o ambiente biofísico na ecologia política torna-se, muito frequentemente, “simplesmente um palco ou arena onde ocorrem as lutas sobre o acesso e controle sobre os recursos” (ZIMMERER; BASSETT, 2003, p. 3). Vayda e Walters (1999) estão certos de que *numa parte* da ecologia política as políticas sociais e discursivas de acesso e controle sobre os recursos tomam o palco central, enquanto as implicações ecológico-biofísicas dessas lutas recebem pouca atenção.

Se esta nova direção na ecologia política deve ser celebrada ou condenada, cabe a cada um fazer seu próprio julgamento. Entretanto, este tema levanta questões significativas sobre os objetivos e identidade do campo que merecem séria consideração.

Um problema é a questão de dar nomes. Até mesmo aqueles ecologistas políticos que não se ocupam com a

ecologia biofísica como uma questão central de pesquisa ainda invocam as “preocupações da ecologia” (BLAIKIE; BROOKFIELD, 1987, p. 17) como uma questão determinante de suas pesquisas (por exemplo, ver McCARTHY, 2002, p. 1297; esta definição é também reiterada na ecologia política pós-estrutural de Peet e Watts, 1996). No entanto, numa grande parte da ecologia política contemporânea, as “preocupações da ecologia”⁴⁰ tornam-se principalmente questões de poder, luta e representação, enquanto as conexões dessas lutas com o ambiente biofísico não são investigadas. Embora esse alargamento da definição de “ecologia” possa parecer inteiramente razoável e construtivo para muitos ecologistas políticos, os pesquisadores da ciência ecológica e ambiental podem perceber isto como um ato de invasão discursiva⁴¹, marginalização e expropriação do terreno intelectual (os cientistas sociais não estão sozinhos ao compreender que linguagem é poder!).

Nas ciências naturais, o termo “ecologia” tem uma definição bastante específica; ele é definido como o estudo das inter-relações entre os organismos vivos e seu ambiente físico. É por esta razão que Zimmerer e Bassett (2003), por exemplo, fazem uma distinção entre as “interações socioambientais” e os temas das “políticas ambientais” ou do “ambiente politicizado”⁴² que dominam a ecologia política corrente” (p. 3). No entanto, os esforços para fazer tais distinções são raros na ecologia política. Linguagem e significado são temas-chave da ecologia política contemporânea, tornando a escassez da autorreflexão crítica sobre a confusão semântica dos termos “ecologia”, “meio ambiente”, “natureza” e luta social difícil de defender. Os significados múltiplos e, às vezes, conflitantes da “ecologia” na ecologia política, não apenas incentivam a falta de clareza sobre os objetivos do campo, mas provocam também tensões desnecessárias e improdutivas com os cientistas físicos que veem os usos muito imprecisos do termo “ecologia” na ecologia política como – na melhor das hipóteses – uma negligência.

Esta questão de dar nomes está relacionada também com uma tensão não resolvida e ainda mais fundamental dentro da ecologia política, tensão esta que tem a ver com os objetivos e a direção do campo. O objetivo central da ecologia política primitiva era definido de forma relativamente clara como a explicação da “degradação [ambiental]

⁴⁰ O termo “ecologia” é geralmente usado de forma intercambiável com “meio ambiente” e “natureza”

⁴¹ act of discursive trespassing.

⁴² “politicized environment”.

acelerada”⁴³, demandando a “combinação de ferramentas analíticas das ciências natural e social” (BLAIKIE; BROOKFIELD, 1987, p. xvii). Já em meados dos anos 1990, contudo, o campo tinha se expandido em tantas direções que “a ecologia política de certa maneira quase se dissolveu [...] enquanto os pesquisadores procuravam ampliar o seu alcance” (WATTS, 2000, p. 592). Na medida em que o campo mantinha algum objetivo determinado e central, este parecia ter mudado para um projeto social muito mais amplo de criação de um potencial emancipatório de *ideias* ambientais e se engajado diretamente em um quadro mais amplo de debates sobre a modernidade, suas instituições e seus saberes” (PEET; WATTS, 1996, p. 37). Surgia uma preocupação não apenas de que a ecologia política pudesse sofrer de incoerência e expansão⁴⁴, mas também de que a mudança da questão definidora do campo – da mudança ambiental para o potencial emancipador das *ideias* sobre o meio ambiente – marginalizaria ainda mais o campo de conhecimento e os acadêmicos – que procuram se envolver com a ecologia biofísica como um tema central da ecologia política. Em 2002, por exemplo, uma troca infeliz de opiniões (em parte acidental) via correio eletrônico no *list serve* do grupo de especialistas da Associação de Geógrafos Americanos, que inclui a ecologia política, revelou o segredo mal guardado de que alguns pesquisadores que se mantêm fiéis às velhas tradições da mudança ambiental na ecologia cultural e política percebem a mudança conceitual não como um *alargamento* do campo, mas como uma rejeição – por muitos pesquisadores da área – das velhas tradições.

Se reais ou não, os atritos internos sobre essa questão devem ser motivo de grande preocupação para o futuro da ecologia política. Está claro que algumas das maiores contribuições para o conhecimento na ecologia política resultam dos êxitos em se combinar as forças das teorias social e ecológico-biofísica. Por exemplo, a ecologia política tornou-se proeminente pela primeira vez, em parte, devido à onda de interesse entre os acadêmicos e o público em geral sobre os problemas ambientais *high-profile*, tais como a erosão do solo (BLAIKIE, 1985) e o desmatamento da floresta tropical (HECHT; COCKBURN, 1990). Os trabalhos de Melissa Leach (por ex. FAIRHEAD; LEACH, 1995; LEACH; MEARNS, 1996), que estão envolvidos diretamente com as teorias da ecologia biofísica – embora

de forma crítica –, estão entre os poucos que atravessaram o *mainstream* da ciência ambiental (por exemplo, como leitura obrigatória em alguns programas de graduação). Contudo, mesmo criticados, estes êxitos foram alcançados ao se envolverem em estudos sobre o ambiente natural, que são de grande preocupação pública. Se, como o exemplo da discussão via correio eletrônico (acima) sugere, aqueles que praticam a ecologia biofísica percebem que suas contribuições não são altamente valorizadas na ecologia política, isto pode representar uma séria ameaça ao sucesso do campo a longo prazo, *especialmente* para o recrutamento de jovens pesquisadores com formação e interesse nas ciências naturais (deveria ser motivo de muita preocupação o fato de que poucos dos jovens pesquisadores que entram para a ecologia política hoje em dia possuem uma formação científica ou ecológica aprofundada).

Os partidários das mudanças recentes na ecologia política argumentarão, de forma justificável, que a existência dos estudos de base ecológica na ecologia política, tais como aqueles descritos previamente neste artigo, demonstram o ponto de vista de que a ecologia política é inclusiva; mas a trajetória da disciplina rumo a uma maior ênfase na esfera social (BASSETT; ZIMMERER, 2004) levanta preocupações válidas. A ecologia política é, na atualidade, a herdeira mais proeminente das tradições na geografia com raízes históricas profundas no estudo da ecologia biofísica e da ciência social. Esta rica genealogia representa um presente e uma responsabilidade: até mesmo a possibilidade de que a ecologia biofísica possa se tornar deslocada⁴⁵ deste campo deveria ser motivo para uma reflexão coletiva madura e não para disputas antagônicas. Se, como a maioria dos ecologistas políticos proclama, o campo deveria permanecer amplo, inclusivo e integrado, alguns dos recentes discursos incendiários de *ambos* os lados da questão (por ex., VAYDA; WALTERS, 1999; WATTS, 2003) não parecem fazer avançar este objetivo.

Esta é uma questão que vai além da preocupação acadêmica: como Forsyth (2003) declara, de forma enfática, os problemas ambientais *realmente* existem e, enquanto nós deveríamos ser críticos de uma parte da ciência ambiental, os problemas ambientais de proporções importantes em muitos casos realmente ameaçam as pessoas e os ecossistemas. A ecologia política, como um campo de enorme

⁴³ “accelerated [environmental] degradation”.

⁴⁴ sprawl.

⁴⁵ become crowded out.

vitalidade e *momentum* intelectual, está posicionada para fazer contribuições valiosas para a compreensão destas ameaças – e para aumentar a importância da disciplina da geografia como uma protagonista na abordagem dessas questões de grande preocupação pública. A contenda de baixa intensidade⁴⁶ em curso entre “política” e “ecologia” na ecologia política – ou, simplesmente, a incapacidade de proporcionar um ambiente intelectual que alimente a integração das ciências ecológica e social – não faz bem a esta causa.

O caminho rumo a uma ecologia política moderna, com todos os seus importantes avanços na compreensão das lutas sociais e discursivas sobre os recursos – que mantêm a ecologia biofísica como um tema central de pesquisa – já foi, pelo menos em parte, mapeado. Por exemplo, eminentes pesquisadores, tais como Zimmerer e Bassett (2003), incentivam os ecologistas políticos a serem “tecedores inveterados⁴⁷ de análises que [...] estabeleçam relações entre as ciências social e biogeofísica” e a usar essas outras ciências de uma maneira “bem-informada e não de forma superficial” (p. 276). Forsyth (2003) descreve em linhas gerais as maneiras com que a ecologia política crítico-realista e pós-estrutural pode contribuir para uma ciência ambiental mais “democratizada” e socialmente relevante (por exemplo, através da “ciência híbrida”⁴⁸ – ver Batterbury *et al.*, 1997).

Referências

BASSETT, T. J.; ZUELI, K. B. Environmental discourses and the Ivorian Savanna. *Annals of the Association of American Geographers*, n. 90, p. 67-95, 2000.

_____; ZIMMERER, K.S. Cultural ecology. In: GAILE, G.; WILLMOTT, C. (Eds.). *Geography in America at the dawn of the twenty-first century*. Oxford: Oxford University Press, 2004.

BATESON, G. *Steps to an ecology of mind*; collected essays in anthropology, psychiatry, evolution, and epistemology. Chandler Publications for Health Sciences. San Francisco, CA: Chandler. 1972.

BATTERBURY, S.; FORSYTH, T.; THOMSON, K. Environmental transformations in developing countries: hybrid

research and democratic policy. *Geographical Journal*, n. 163, p. 126-132, 1997.

BERNSTEIN, H. African peasantries: a theoretical framework. *Journal of Peasant Studies*, n. 6, p. 420-443, 1979.

BLAIKIE, P. M. *The political economy of soil erosion in developing countries*. New York: Wiley, 1985.

_____; BROOKFIELD, H. (Eds.). *Land degradation and society*. London and New York: Methuen, 1987.

BRAUN, B.; CASTREE, N. *Remaking reality: nature at the millennium*. London: Routledge, 1998.

BUNKER, S. G. Modes of extraction, unequal exchange and the progressive underdevelopment of the extreme periphery:

Agradecimentos

Partes deste artigo beneficiaram-se consideravelmente dos comentários de Patrick Hurley.

⁴⁶ low-intensity warfare.

⁴⁷ inveterate weavers.

⁴⁸ “hybrid science”.

the Brazilian Amazon, 1600-1980. *American Journal of Sociology*, n. 89, p. 1017-1064, 1984.

BURTON, I.; KATES, R. W.; WHITE, G. F. *The environment as hazard*. New York: Oxford University Press, 1978.

BUTZER, K. Cultural ecology. In: GAILE, G.; WILLMOTT, C. (Eds.). *Geography in America*. Columbus, OH: Merrill Publishing Co., 1989

CARNEY, J.; WATTS, M. Manufacturing dissent: work, gender, and the politics of meaning in a peasant society. *Africa*, n. 60, p. 207-241, 1990.

FAIRHEAD, J.; LEACH, M. False history, complicit social analysis: rethinking some West African environmental narratives. *World Development*, n. 23, p. 1023-1035, 1995.

FORSYTH, T. *Critical political ecology: the politics of environmental science*. London: Routledge, 2003.

FRANK, A. G. *Capitalism and underdevelopment in Latin America: historical studies of Chile and Brazil* (First Modern Reader paperback edition). New York: Monthly Review Press, 1969.

GEZON, L. L. Political ecology and conflict in Ankarana, Madagascar. *Ethnology*, n. 36, n. 2, p. 85-100, 1997.

HECHT, S. B. Environment, development, and politics: capital accumulation and the livestock sector in Eastern Amazonia. *World Development*, n. 13, p. 663-684, 1985.

_____; COCKBURN, A. *The fate of the Forest: developers, destroyers, and defenders of the Amazon*. New York: Harper Perennial, 1990.

HOLLING, C. S. Resilience of ecosystems: local surprise and global change. In: CLARK, W. C.; MUNN, R. E. (Eds.). *Sustainable development and the biosphere*, Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

_____; GUNDERSON, L. H. Resilience and adaptive cycles. In: _____; _____ (Eds.). *Panarchy: understanding transformations in human and natural systems*. Washington, DC: Island Press, 2002.

HURLEY, P. T.; WALKER, P. A. Whose vision? The political ecology of land use planning in Nevada County, California. *Environment and Planning A*, n. 36, p. 1529-1547, 2004.

LEACH, M.; MEARNS, R. *The lie of the land: challenging received wisdom on the African environment*. London: James Currey, 1996.

MCCARTHY, J. P. Environmentalism, Wise Use and the nature of accumulation in the rural West. In: BRAUN, B.; CASTREE,

N. (Eds.). *Remaking reality: nature at the millennium*. London and New York: Routledge, 1998.

_____. Environmental enclosures and the state of nature in the American West. In: WATTS, M. J.; PELUSO, N. L. (Eds.). *Violent Environments*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 2001.

_____. First World political ecology: lessons from the Wise Use movement. *Environment and Planning A*, n. 34, p. 1281-1302, 2002.

MOORE, D. S. Contesting terrain in Zimbabwe's Eastern Highlands: political ecology, ethnography, and peasant resource struggles. *Economic Geography*, n. 69, p. 380-401, 1993.

_____. Subaltern struggles and the politics of place: remapping resistance in Zimbabwe's Eastern Highlands. *Cultural Anthropology*, n. 13, p. 344-381, 1998.

ODUM, H. T. *Environment, power, and society*. New York: Wiley-Interscience, 1970.

PAULSON, S.; GEZON, L. L.; WATTS, M. Locating the political in political ecology: an introduction. *Human Organization*, n. 62, p. 205-217, 2003.

PEET, R.; WATTS, M. *Liberation ecologies: environment, development, social movements*. London: Routledge, 1996.

REICE, S. R. Nonequilibrium determinants of biological community structure – biological communities are always recovering from the last disturbance – disturbance and heterogeneity, not equilibrium, generate biodiversity. *American Scientist*, n. 82, p. 424-435, 1994.

SCHROEDER, R. A. *Shady practices: agroforestry and gender politics in The Gambia*. Berkeley, CA: University of California Press, 1999.

SHANIN, T. *Peasants and peasant societies*; selected readings. Harmondsworth: Penguin, 1971.

SOULÉ, M. The social siege of nature. In: _____; LEASE, G. (Eds.). *Reinventing nature?* Washington, DC: Island Press, 1995.

SPRUGEL, D. G. Disturbance, equilibrium, and environmental variability: what is “natural” vegetation in a changing environment? *Biological Conservation*, n. 58, p. 1-18, 1991.

STEWART, J. H. *Theory of cultural change*. Urbana: University of Illinois, 1955.

TURNER, B. L. Contested identities: human-environment geography and disciplinary implications in a restructuring academy. *Annals of the Association of American Geographers*, n. 92, p. 52-74, 2002.

- TURNER, M. D. Overstocking the range: a critical analysis of the environmental science of Sahelian pastoralism. *Economic Geography*, n. 69, p. 402-421, 1993.
- _____. Long-term effects of daily grazing orbits on nutrient availability in Sahelian West Africa: 1. Gradients in the chemical composition of rangeland soils and vegetation. *Journal of Biogeography*, n. 25, p. 669-682, 1998a.
- _____. Long-term effects of daily grazing orbits on nutrient availability in Sahelian West Africa: 2. Effects of a phosphorus gradient on spatial patterns of annual grassland production. *Journal of Biogeography*, n. 25, p. 683-694, 1998b.
- _____. Conflict, environmental change, and social institutions in dryland Africa: limitations of the community resource management approach. *Society and Natural Resources*, n. 12, p. 643-657, 1999a.
- _____. Labor process and the environment: the effects of labor availability and compensation on the quality of herding in the Sahel. *Human Ecology*, n. 27, p. 267-296, 1999b.
- _____. Merging local and regional analyses of land-use change: the case of livestock in the Sahel. *Annals of the Association of American Geographers*, n. 89, p. 191-219, 1999c.
- VAYDA, A. P.; WALTERS, B. B. Against political ecology. *Human Ecology*, n. 27, p. 167-179, 1999.
- WALKER, P. A.; FORTMANN, L. P. Whose landscape? A political ecology of the “exurban” Sierra. *Cultural Geographies*, n. 10, p. 469-491, 2003.
- WALLERSTEIN, I. M. *The modern world-system* (two volumes). New York: Academic Press, 1974.
- WATTS, M. J. *Silent violence: food, famine and peasantry in northern Nigeria*. Berkeley, CA: University of California Press, 1983.
- _____. Social theory and environmental degradation: the case of Sudano-Sahelian West Africa. In: GRADUS, Y. (Ed.). *Desert development: man and technology in sparselands*. Dordrecht: D. Reidel, 1985.
- _____. Review of land degradation and society, by Piers Blaikie and Harold Brookfield, 1987. *Capitalism, Nature, Socialism*, n. 4, p. 123-131, 1990.
- _____. Classics in human geography revisited: P.M. Blaikie: The political economy of soil erosion in developing countries. *Progress in Human Geography*, n. 21, p. 75-80, 1997.
- _____. Political ecology. In: JOHNSTON, R. J.; GREGORY, D.; PRATT, G.; WATTS, M. J. (Eds.). *Dictionary of Human Geography*. Oxford: Blackwell, 2000.
- _____. *For political ecology*. Unpublished manuscript, University of California, Berkeley, 2003.
- WILLEMS-BRAUN, B. Buried epistemologies: the politics of nature in (post)colonial British Columbia. *Annals of the Association of American Geographers*, n. 87, p. 3-31, 1997.
- WOLF, E. Ownership and political ecology. *Anthropological Quarterly*, n. 45, p. 201-205, 1972.
- ZIMMERER, K. S. Wetland production and small-holder persistence – agricultural change in a highland Peruvian region. *Annals of the Association of American Geographers*, n. 81, p. 443-463, 1991.
- _____. Soil erosion and labor shortages in the Andes with special reference to Bolivia, 1953-91 – implications for conservation-with-development. *World Development*, n. 21, p. 1659-1675, 1993a.
- _____. Soil erosion and social (dis)courses in Cochabamba, Bolivia: perceiving the nature of environmental degradation. *Economic Geography*, n. 69, p. 312-327, 1993b.
- _____. Human geography and the new ecology – the prospect and promise of integration. *Annals of the Association of American Geographers*, n. 84, p. 108-125, 1994.
- _____. Overlapping patchworks of mountain agriculture in Peru and Bolivia: toward a regional-global landscape model. *Human Ecology*, n. 27, p. 135-165, 1999.
- _____. Rescaling irrigation in Latin America: the cultural images and political ecology of water resources. *Ecumene*, n. 7, p. 150-175, 2000a.
- _____. The reworking of conservation geographies: nonequilibrium landscapes and nature-society hybrids. *Annals of the Association of American Geographers*, n. 90, p. 356-369, 2000b.
- _____. Geographies of seed networks for food plants (potato, ulluco) and approaches to agrobiodiversity conservation in the Andean countries. *Society and Natural Resources*, n. 16, p. 583-601, 2003.
- _____; BASSETT, T. J. *Political ecology: an integrative approach to geography and environment-development studies*. New York: Guilford Press, 2003.

Recebido em novembro de 2010.

Aceito em março de 2011.

Publicado em junho de 2011.